



**PROPOSTA DE CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS PARA
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DE CANOAS,
RS, BRASIL.**

Formação de Professores para Sustentabilidade

Mônica da Silva Gallon¹

João Bernardes da Rocha Filho²

Daniel Araujo³

Resumo: Este artigo propõe uma estratégia de enfrentamento das dificuldades associadas à Educação Ambiental, como percebidas por um grupo de professores do ensino fundamental da rede municipal de educação da cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul. A partir de um diagnóstico socioambiental aplicado ao grupo de professores foram detectadas dificuldades quanto aos conhecimentos e estratégias de ensino relacionadas à temática transversal da Educação Ambiental. Para suprir essas deficiências foi, então, elaborada uma proposta de um curso de formação para este grupo, apresentada a seguir.

Palavras Chaves: Educação Ambiental. Formação de professores. Formação continuada.

INTRODUÇÃO

A escola, como espaço formal de ensino, tem um papel imprescindível como agente transformador da sociedade, proporcionando espaço para repensar e buscar maneiras de auxiliar em tais mudanças e também na conscientização das gerações mais jovens. Neste cenário, a Educação Ambiental (EA) compreende um importante tema transversal.

Segundo Guimarães (2007), no Brasil a EA está incorporada à escola, porém como a EA é trabalhada nas escolas? A cidade de Canoas possui uma área urbana que apresenta diversos parques, recursos hídricos e um número considerável de habitantes. Logo, um curso de EA para professores, que são educadores e agentes multiplicadores, traria benefícios à cidade. De acordo com Depresbíteris et al. (2001), a EA é capaz de diminuir as diferenças sociais, culturais e educacionais na sociedade, que têm consequências profundas e afetam a relação das pessoas com os recursos naturais, sociais e a qualidade de vida.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Walter Peracchi de Barcellos situa-se à Rua Alberto Rodrigues de Oliveira, 125 – Vila Olaria – Bairro Estância Velha, Canoas, RS. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola, no ano de 1990 a comunidade da

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, PUCRS (monica.gallon@gmail.com); ²Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, PUCRS (jbrfilho@puccs.br); ³Professor do curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, SENAC-EAD. Doutorando Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (biologoaraujo@yahoo.com.br)



Vila Olaria sentiu a necessidade de que fosse construída uma escola pública para os filhos dos moradores da localidade e arredores, pois as escolas disponíveis eram distantes para as crianças se deslocarem. Da prefeitura obteve-se uma área para a construção da escola, cuja inauguração ocorreu em junho desse mesmo ano. Desde então esta instituição de ensino aumentou seu espaço físico, número de professores e alunos. À época da pesquisa o grupo de funcionários era composto por 34 pessoas, entre eles 22 professores. Estes profissionais atendiam cerca de 580 alunos, divididos em 20 turmas (manhã e tarde) de 1º ano à 5ª série.

A maior parte da comunidade escolar é composta por famílias de baixa renda, que apresentam dificuldades financeiras, com empregos mal remunerados e com poucas garantias, devido, muitas vezes, ao baixo grau de instrução dos responsáveis pela renda familiar. Em muitos casos, a escola acaba enfrentando conflitos e realizando assistência a muitas dessas crianças, que acabam refletindo na escola seus problemas familiares.

Para realização do diagnóstico socioambiental da comunidade docente realizou-se a aplicação de um questionário (Apêndice A), que buscou detectar a faixa etária, o grau de formação e os conhecimentos de cada professor, na área ambiental, bem como o interesse de cada um em obter mais formação nesta área. Das 22 entrevistas aplicadas, 14 questionários foram respondidos.

Ao analisar as entrevistas, foi possível caracterizar os professores da escola (Apêndice B). A maioria dos entrevistados pertence ao sexo feminino, apenas um do sexo masculino. Todos os entrevistados tinham formação superior, e os que relataram pós-graduação eram ligados à educação, mas nenhum na área ambiental. Os respondentes que não moram na cidade de Canoas residem na região metropolitana (Esteio e Sapucaia do Sul) e capital. Os entrevistados moram com a família, contendo 1 a 5 pessoas.

Foram feitas perguntas com o objetivo de avaliar como cada entrevistado e sua família agem diante da sua responsabilidade ambiental (Apêndice C). Nas respostas encontrou-se que nenhum dos entrevistados relatou banhos superiores a 20 minutos, porém 57% dizem tomar banhos de 10 a 20 minutos. Quanto aos eletrônicos e luzes da residência as opiniões ficaram divididas, e 14% não se preocupam com a economia da energia. De acordo com as entrevistas, 71% realizam a separação de resíduos, porém alguns informaram que o bairro onde residem não apresenta coleta seletiva. Quanto ao consumo, não foi relatado preferência por produtos associados a algum tipo de responsabilidade social ou ambiental, somente a procura por produtos com preços e qualidade compatíveis.



Quanto ao conhecimento sobre o entorno do local onde trabalham (escola), a maioria se mostrou conhecedora sobre o bairro (Apêndice D), exceto aquelas que residiam distantes do bairro ou da cidade onde trabalham. Um ponto interessante se relaciona à pergunta sobre o córrego próximo da escola, pois 64% não sabiam da existência do corpo hídrico vizinho, inclusive usado pelos estudantes para recreação.

Quanto ao entendimento dos entrevistados sobre a responsabilidade pela resolução de problemas ambientais (Apêndice E), foi unânime a opinião de que tanto o governo quanto a sociedade possuem papéis importantes neste processo. Os respondentes entendem que a resolução dos problemas globais e locais depende da Educação Ambiental da população.

Em relação ao conhecimento prévio de cada docente sobre temas ambientais, a maioria dos entrevistados diz ter base teórica para tratar sobre o assunto, porém, tal base está ligada a conhecimentos aprendidos durante a sua formação inicial, e não por cursos específicos (Apêndice F). Quando questionados sobre a realização de trabalhos relacionados à questão ambiental com os educandos, a maioria respondeu positivamente, alguns relatando que usaram filmes, debates, projetos anuais, reportagens de jornal, histórias infantis e na própria fala diária. Todos responderam que trabalham os problemas ambientais por meio de questionamentos, e 43% abordam apenas os problemas ambientais que estão em evidência (Apêndice G). Todos os entrevistados verificam os conhecimentos prévios de seus alunos e também procuram reforçar os assuntos ligados ao meio ambiente ao longo do ano letivo. 64% dizem não se sentir preparados para trabalhar tais assuntos, alegando a inexistência de cursos de capacitação e bons livros voltados à educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais). Os que se dizem capacitados, relatam que fizeram cursos voltados à área e que buscam estar constantemente informados através dos meios de comunicação.

57% relatam utilizar diferentes instrumentos para EA, tais como vídeos educativos, jogos, livros, teatro e atividades no pátio da escola. 43% não puderam identificar recursos existentes na escola, e alegaram trazer materiais para sala de aula. Outros 43% informam haver materiais disponíveis, como DVD, livro didático, e mesmo o pátio e o laboratório de ciências, embora não sejam muito utilizados. Isso sugere que tais materiais não ficam disponíveis prontamente aos professores, de tal forma que seu acesso é restrito.

50% responderam que muitos colegas se esforçam para trabalhar na forma de projetos, enquanto outros não participam dessas atividades, pois as julgam menos importantes, porém quando o tema é meio ambiente todos julgam importante que os educadores trabalhem



unidos. Todos os professores responderam que se informam a respeito da temática ambiental em jornais, revistas, programas de TV, internet e livros didáticos. Somente dois respondentes alegaram participar de palestras como forma de atualização.

Quando questionados sobre os principais fatores que podem influenciar o trabalho dos educadores sobre os temas ligados ao meio ambiente (Apêndice H), 43% julgaram que os educadores estão despreparados para trabalhar a temática ambiental, seguido de 36% que afirmaram falta de material didático específico ou adequado para trabalhar o assunto. A maioria se mostrou interessada em formações na temática ambiental, sendo que nove pessoas afirmaram que gostariam de receber uma formação sob forma de palestras ou oficinas, de modo a trazer conhecimento teórico aliado ao prático. Ainda surgiram sugestões para se trabalhar como pequenos filmes, histórias infantis e outras metodologias aplicáveis aos educandos. É visível o interesse dos professores por maior conhecimento sobre os temas ambientais, não só para aplicação em seus trabalhos em sala de aula, mas também para melhorar hábitos em suas vidas.

A partir do diagnóstico socioambiental realizado concluiu-se que a falta de formação docente consiste em um fator que contribui para a carência de metodologias interdisciplinares relacionadas à EA. Dessa forma, foi proposta a realização de ações de EA no ensino fundamental por meio de um curso de formação docente destinado aos professores da Escola Walter Peracchi de Barcellos. Essa proposta incluiu a proposição de um curso de formação docente apresentando metodologias de EA destinadas ao ensino fundamental, o fornecimento de recursos de apoio para o trabalho interdisciplinar de temas relacionados à EA, e o fomento de projetos de EA direcionados às séries iniciais do ensino fundamental.

EMBASAMENTO TEÓRICO

A EA teve o termo citado pela primeira vez em um encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em 1948, na cidade de Paris. Porém, somente a partir da década de 70 foi possível perceber a preocupação de alguns países com as questões ambientais. Isto se deve à realização de conferências que lançaram a temática ambiental na agenda internacional. Em 1977, ocorreu a Conferência Intergovernamental sobre EA, em Tbilisi, cujos acordos, princípios e estratégias estabelecidos e discutidos entre as nações participantes são mantidos até hoje.

A Rio 92, organizada pelas Nações Unidas e que reuniu autoridades do mundo inteiro, também compreende um marco na EA. Deste encontro resultou a Carta Brasileira para a EA.



Este documento recomenda que o Ministério da Educação (MEC) e as instituições de ensino superior tracem metas para a inclusão da dimensão ambiental nos currículos de ensino superior. Esta é uma meta ainda não cumprida.

A Política Nacional de Educação Ambiental, de 1999, trouxe em seu artigo 2º que: “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Além disso, está prevista pela Constituição Federal de 1988 a necessidade de “Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de Ensino” (artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI). O MEC, na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), também prevê o meio ambiente como um tema transversal a todo currículo escolar.

Segundo Carvalho (2001), foi se formando um consenso de que a temática ambiental não era um conteúdo a ser somado às disciplinas curriculares tradicionais, mas deveria permear todas as áreas do conhecimento que compõem o núcleo comum do ensino formal. Nesse contexto, a formação inicial de professores, dos cursos de licenciaturas, deve entrelaçar os conteúdos das ciências naturais e das humanas, fugindo da tradicional compartimentalização dos departamentos de faculdades e institutos (SATO, 2001). Mesmo assim, ainda é comum professores nas escolas defenderem a criação da EA como uma disciplina a mais no currículo (GUIMARÃES, 2007). Porém, isso representa uma visão fragmentada que não contempla o alcance da EA trabalhada de forma transversal e interdisciplinar. Essa visão fragmentadora conduz a ações isoladas, voltadas para o comportamento de cada indivíduo, fora do contexto da realidade socioambiental em que a escola está inserida (ibidem).

Segundo Reigota (2007), a arte de produzir conhecimentos, na perspectiva da sustentabilidade e da EA, está condicionada aos impactos e alternativas que possibilitam a construção de uma sociedade democrática, justa e ecologicamente sustentável. Porém, atualmente, vivemos em uma sociedade em que a questão ambiental esbarra em fatores econômicos e políticos, colocando em risco a nossa qualidade de vida e o meio em que vivemos. O principal desafio contemporâneo é a predominância da ideologia do desenvolvimento (RIST, 1996 apud SAUVÉ, 2005).

Neste momento a EA se torna importante nas escolas primárias, pois de acordo com Nunes (2005 apud DEMENIGHI et al., 2008) a educação é o instrumento que a longo e médio



prazo seria capaz de modificar a relação prejudicial que se estabeleceu entre o homem e a natureza, ao longo de sua evolução.

Mas, nem todos os professores estão preparados para trabalhar a EA. Alguns deles têm uma posição radical, ensinando uma visão preservacionista. De acordo com Gouvêa (2006):

Tais práticas não produziram, efetivamente, alterações nos padrões de consumo e na maneira de viver da sociedade globalizada. Mais do que isso, as pessoas que assim praticavam EA foram associadas a causas e movimentos que antes lograram rótulos pejorativos como 'ecochatos', ou 'exterminadores do futuro', pois na verdade, não desenvolviam consciência, não transformavam hábitos e atitudes e não educavam; e, se não educavam, não refletiam; e, se não refletiam, não transformavam.

Este despreparo do docente, muitas vezes, é trazido ao educando por intermédio de atividades pontuais, descontextualizadas da realidade socioambiental, com objetivo meramente informativo, promovendo assim simples transmissão de informações (GUIMARÃES, 2007). A EA se transforma em conhecimento quando o estudante passa a compreender melhor o funcionamento da vida no planeta e que, como seres vivos deste planeta, estão diretamente inseridos nos processos, interagindo com outros seres e com o meio fazendo-nos entender a EA como formadora de cidadania nacional e planetária, fundamentando eticamente as relações sociais e com a natureza, portanto, uma EA como educação política (REIGOTA, 1994). O professor capacitado em EA deveria ser capaz de reorientar suas práticas pedagógicas e sociais não só em sua instituição escolar, como também em outros setores, comunidades, grupos, etc., visando aos objetivos éticos (CASTRO, 2001).

Segundo Sucena (1998), a formação docente é um grande desafio, pois houve ampliação nas redes de formação inicial em um curto tempo, em função do aumento da demanda por professores. Porém, em nosso país há baixa valorização e consciência política quanto à importância social dos docentes para o desenvolvimento e transformação. Como consequência, há certo descaso com a formação, tanto inicial quanto continuada. Tais problemas trazem como consequência o despreparo do professor para o enfrentamento do cotidiano escolar (ibidem), o que acarreta uma formação descomprometida dos alunos, com baixo senso crítico da realidade, fraco exercício da cidadania e senso político, além de tênue ligação com a escola. A EA deriva de práticas pedagógicas que não se realizam sozinhas, mas nas relações do ambiente escolar, na interação entre diferentes atores, conduzida por um sujeito, os educadores (GUIMARÃES, 2007).

A PROPOSTA DO CURSO

Para elaboração de um curso de formação básica em EA voltada para professores do



1º ENCONTRO DE CIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

02 a 04 de setembro de 2013 ULBRA Canoas

Ensino Fundamental, vê-se a necessidade de exploração dos conhecimentos prévios do professor, partindo de conceitos básicos em ecologia a problemas ambientais complexos e pertinentes ao nosso cotidiano, principalmente do entorno da escola, bem como temas de cunho prático que possam ser trabalhados com alunos desde o 1º ano até a 5ª série (atual 6º ano).

Em um curso como esse, inicialmente os participantes teriam aulas teóricas básicas sobre cada unidade temática com o uso de recursos, como apresentações, pequenos vídeos, visitas técnicas e elaboração de materiais didáticos a serem trabalhados. Tal material seria elaborado pelos próprios palestrantes e equipe organizadora, atendendo a necessidade do público-alvo. O curso poderia ser estruturado em unidades (Apêndice I) como: Introdução à EA; Ecologia; Solo e o nosso Planeta; Água; Ar; Lixo; Fontes de Energia.

O curso teria um total de 92 horas/aula, com cada unidade contando com 12 horas/aula ministradas em 23 encontros, na própria escola, com a utilização dos recursos disponíveis, e contando com um responsável pela organização e dois palestrantes com experiência e formação na área ambiental e na docência. Essa formação contemplaria duas visitas técnicas em estruturas apropriadas, no próprio município de Canoas, visando observar na prática elementos tratados no curso. Cada unidade seria subdividida em três momentos: Exposição do tema; Uso de ferramentas e construção para auxílio ao professor, e; Discussão dos resultados obtidos.

No encerramento de cada unidade os professores receberiam sugestões e ideias de como trabalhar os temas vistos anteriormente com os educandos. Tais sugestões teriam relação com a unidade trabalhada e compreenderiam filmes, livros didáticos e paradidáticos voltados à faixa etária de cada série, sugestões de páginas na internet com conteúdo didático apropriado, jogos educativos, dinâmicas para trabalhar com os educandos, entre outras. Também haveria possibilidade de troca de ideias entre os participantes, para que eles mesmos elaborem seus recursos didáticos.

Com as informações recebidas os participantes deveriam elaborar um projeto de EA a ser aplicado aos alunos da escola. Durante essa etapa haveria a interação entre os participantes para a troca de ideias, avaliação dos resultados obtidos, mudanças eventuais no cronograma de execução ou na metodologia desenvolvida.

Por fim, seria criado um grupo de discussão via internet para dar continuidade ao trabalho, pois o processo de educação é longo e contínuo, e muitas vezes o professor precisa



de acompanhamento ou esclarecimento de dúvidas, contando com o apoio coletivo.

O curso de formação teria um instrumento de avaliação ao final de cada unidade, com o objetivo de acompanhar criteriosamente a aprendizagem, incluindo mesas redondas, momentos de discussão e aplicação de questionários. A avaliação também objetivaria o aprimoramento da metodologia de trabalho para as unidades seguintes, e talvez, uma segunda edição do curso de formação. O debate teria o objetivo de detectar os problemas enfrentados pelos educadores na aplicação das ferramentas de trabalho e também no compartilhamento de experiências positivas para a sua multiplicação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CASTRO, R. S. Formação de professores em Educação Ambiental possibilita o exercício desta no ensino formal? In: Brasil. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental.** Brasília: MEC. p. 49 – 54. 2001

DEMENIGHI, J. S.; STAHNKE, L.F.; LARRATÉA, T.V.; NOLL, S.H.; PAESE, L.; SAUL, L.F.A. Atividades de Percepção Ambiental Aplicadas a Alunos do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior do Município de Ivoti, RS: A Visão de Acadêmicos de Ciências Biológicas da UNISINOS. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 21, p. 484 – 498, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3054>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

DEPRESBÍTERIS, L.; MARTINS, L.C.; REIGOTA, M.; RODRIGUES, V. Muda o mundo, Raimundo! In: Brasil. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental.** Brasília: MEC. p. 65 – 70. 2001

GOUVÊA, R. R. G. Rumos da formação de professores para a Educação Ambiental. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 163-179, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n27/a11n27.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papyrus, 2007.

REIGOTA, M. A. S. **Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental.** **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 12 n. 2, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772007000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 jun. 2009.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SATO, M. Formação em Educação Ambiental – da escola à comunidade. In: Brasil. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental.** Brasília: MEC. p. 49 – 54. 2001.



1º ENCONTRO DE CIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

02 a 04 de setembro de 2013 ULBRA Canoas

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 31, no. 2 May/Aug. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200012&lang=pt> Acesso em: 01 jun. 2009.

SUCENA, M. G. T. **Formação de professores e educação ambiental**: um estudo nas séries iniciais. 1998. 237 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação Ambiental) – FURG, Rio Grande, 1998.